

Registro de tópicos e avaliação - Tarefa à distância 7 - 14_4_18

Grupo 1 - Nota:9

Alunos: Andressa Ilipronti, Beatriz Ferreira, Fernanda Lopes, Teresa França

- 1) A vitória da Reforma Sanitária se consolidou na transformação dessa luta na maior política pública do país, o Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de táticas de aliança, que neutralizaram projetos contrários, foi possível a adesão de um sistema de saúde nacional em meio a condições adversas, porém com êxitos parciais em relação a construção inicial da Reforma Sanitária. Essa conquista faz um paradoxo para a própria luta pela saúde no país, pois ao se instituir o SUS reduziu o caráter libertário de ruptura e transformação da saúde no Brasil.
- 2) O neoliberalismo na contramão do direito à saúde: a pluralidade como meio de fragmentação, impedindo, assim, a emancipação e a equidade que previa o Movimento Sanitário Brasileiro, o qual queria um projeto que ia além da sociedade de classes e desejava rompê-los.

Grupo 2 - Nota:10

Alunos: Ana Grassi, Edna, Natália Fernandes, Silvia

- 1- A construção do SUS foi um importante instrumento no movimento de redemocratização do país, já que lideranças populares iniciaram o processo. Porém, durante essa construção ficaram claras as dificuldades de atender os interesses dos movimentos sociais. Havia um cenário de fragilidade da sociedade civil após o regime militar, somada a uma forte articulação de setores privatistas e uma tentativa de golpe do Centrão, que ganhou força as disputas da Constituinte de 1987 por diversas manobras políticas, incluindo um projeto que logrou mudar as próprias normas regimentais da Constituinte. Como consequência, os movimentos sociais tiveram que adotar posições mais progressistas para ver passar seus ideais, que incluíam os planos para a Saúde debatidos na 8a CNS e dentro do Movimento Sanitário. A vitória do SUS, embora importante conquista social, acabou se revelando parcial porque deixou muitas lacunas para o setor privado se sobrepor.
- 2- Com a crise do socialismo real, carregado de desvios autoritários, torna-se necessária a construção de outro sentido para os fins revolucionários de esquerda. Assim, surge uma aposta em reformas não como forma de buscar socialismo, mas num plano estritamente setorial, desconectadas do movimento de superação do capitalismo. Nesse cenário, a criação do SUS mostra-se fruto de um movimento social parcialmente vitorioso, já que as fraquezas do marco legal da sua criação em 1988 abrem brechas para o capital. Havia um dilema do “instituído que se sobrepôs ao instituinte”, de forma que a institucionalização do SUS, como vitória puramente institucional e setorial, acabaria enfraquecendo o poder de ruptura e inovação do movimento sanitário e, por extensão, dos movimentos sociais e do movimento socialista. Desta forma, ao se institucionalizar, o movimento sanitário se

desacoplou das massas populares e dos trabalhadores, para quem o discurso da reforma se dirigiu inicialmente, abandonando as propostas reformadoras e **em nome de reformas administrativas e setoriais.**

Grupo 3 - Nota:10

Alunos: Erika, José, Larissa

- 1) **A idealização do SUS a partir da década de 70 surge como um projeto maior de sociedade, “civilizatório”, “socialista”, como afirmavam as principais lideranças sanitaristas.** Contudo, as estratégias de aparelhamento dos espaços institucionais postas em ação parecem demonstrar um **desconhecimento da natureza do Estado, ou seja, ele não é “neutro”, sendo seu “desempenho orgânico aos interesses das classes hegemônicas”.** O Estado “também não é um instrumento que pode ser manipulado livremente pelos grupos que controlam o poder” (Jairnilson Paim). Faltou ainda, segundo o autor, um alicerce teórico claro e definido que pudesse embasar as ações desse movimento, conforme aponta o texto da Abrasco: “Por outro lado, a atuação executiva tem se realizado de maneira dissociada da reflexão teórica, implicando no abandono da teoria como fio condutor da prática política”. Nesse sentido, Vianna Dantas sublinha a existência de poucos conflitos de natureza teórica no interior do movimento, como o debate entre Gastão W. S. Campos e Sônia F. Teixeira. Gastão faz uma crítica bem pontual à Reforma Sanitária Brasileira, **pois enxerga que o processo passou então a excluir a sociedade civil, sendo conduzido pelo aparato estatal e apoiado por autoridades constituídas.** Ou seja, a construção de um sistema **universal e democrático de saúde passou a ser realizado “por cima”,** excluindo a população do processo constitutivo de algo que foi fundamentado nos ideais de democracia.**(burguesa)**
- 2) No início, a Reforma Sanitária contou com a luta de profissionais da saúde, intelectuais, militantes de movimentos sociais, que começaram a investir na **ocupação de espaços no aparelho governamental, como forma de estratégia que facilitasse a aprovação de suas propostas.** Contudo, no decorrer dessa estratégia foi relegada ao segundo plano a aliança com às classes trabalhadoras e populares. Além disso, a aproximação dos sanitaristas com grupos conservadores (“uma tática de alianças com setores de centro e centro-direita começou então a ser desenvolvida para evitar derrotas significativas”, p. 159) gerou reformas desconectadas, num plano estritamente setorial.

Grupo 4 - Nota:10

Alunos: José Murakami, Mariana, Maurilio, Raquel, Thais

- 1- A Reforma Sanitária nasce na luta contra a ditadura, estruturando-se através de experiências regionais, movimentos sindicais, trabalhadores da saúde, bases universitárias e a própria sociedade civil. Esses grupos, insatisfeitos com o abandono da saúde pública, começaram a reivindicar

melhoras e dar rumo aos princípios e diretrizes que desenharam o Sistema Único de Saúde público e universal, com o objetivo principal de democratizar a saúde e consolidar a cidadania no Brasil, questionando a lógica privatista na saúde. Nesse sentido, esses debates da 8ª Conferência Nacional de Saúde foram essenciais para que a Reforma Sanitária fosse concretizada na constituição de 1988, quando a saúde passa a ser direito do cidadão e dever do Estado.

- 2- A fragilidade do Movimento Sanitarista decorria da incapacidade de ampliar bases de apoio e englobar os principais interessados na mudança política da saúde. Ao mesmo tempo que se pensou a democratização da saúde, não foi feito o necessário para e dar continuidade ao trabalho de resistência e não conseguimos ainda transformar a reforma sanitária e o SUS em direito efetivo à saúde. Desse modo, é inegável que o movimento sanitário se articulou e obteve bons resultados acerca do assunto, mas será que hoje o SUS funcionaria melhor caso um plano de continuidade tivesse sido feito?